



PREVENÇÃO AO SUICÍDIO POLICIAL: COMPETÊNCIAS INTERDISCIPLINARES

POLICE SUICIDE PREVENTION: INTERDISCIPLINARY COMPETENCES

Recebido em 15.08.2025 Aprovado em 05.10.2025

Avaliado pelo sistema double blind review

DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v193.69567>

Ana Cristina Lima e Silva

acristinalimas@gmail.com

Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria Profissional (PPAC PROF)/Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza/CE, Brasil
0009-0004-1840-641X

Marcos Antonio Martins Lima

marcoslima@ufc.br

Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria Profissional (PPAC PROF)/Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza/CE, Brasil
0000-0001-5541-6220

Suzete Suzana Rocha Pitombeira

suzetepitombeira@ufc.br

Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria Profissional (PPAC PROF)/Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza/CE, Brasil
0000-0002-0019-1869

Paulo Roberto de Carvalho Nunes

prnunes@unifor.br

Programa de Pós-graduação em Administração/ Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – Fortaleza/CE, Brasil
0000-0003-1424-4455

Resumo

Este estudo qualitativo investiga como o Departamento de Amparo Médico e Psicossocial (Damps) atua na prevenção ao suicídio policial. O objetivo foi analisar o desenvolvimento de competências da equipe interdisciplinar, identificando protocolos internos, percepções profissionais e a adequação das práticas às demandas de saúde mental. A pesquisa utilizou entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que competências comunicativas, cognitivas, atitudinais e de cuidado são fundamentais para o acolhimento eficaz, destacando a necessidade de expansão institucional e maior divulgação dos serviços.

Palavras-chave: Gestão de pessoas. Competências. Prevenção ao suicídio policial. Saúde mental.

Abstract

This qualitative study investigates how the Department of Medical and Psychosocial Support (Damps) works to prevent police suicide. The aim was to analyze the development of interdisciplinary team competences, identifying internal protocols, professional perceptions and the adequacy of practices to mental health demands. Semi-structured interviews and content analysis were conducted. Results show that communicative, cognitive, attitudinal and caring competences are essential for effective reception, highlighting the need for institutional expansion and greater dissemination of services.

Keywords: People management. Competences. Police suicide prevention. Mental health.

Introdução

A Constituição Federal (Brasil, 1988) aponta diversos direitos e garantias fundamentais destinados a todos os cidadãos. Logo no *caput* do art. 5º, evidencia-se que “todos são iguais perante a lei”. Assim, o policial também é contemplado por esse artigo da Carta Magna, tal como qualquer outro cidadão que deve gozar de todos os benefícios previstos em lei, inclusive, e principalmente, a inviolabilidade do direito à vida. Isso ocorre pelo fato de ser condição *sine qua non* para que sejam usufruídos os direitos assegurados no Texto Constitucional no atual Estado Democrático de Direito (Brasil, 1988; Oliveira, 2023).

Evidencia-se algo tão óbvio tendo em vista um dado alarmante que se arrasta por muito tempo: a profissão policial figura como uma das mais estressantes, devido a características como imprevisibilidade, perigo e exigências que diariamente enfrentam os servidores dessa categoria. Pereira *et al.* (2023) explicam que, devido a essa situação, tem crescido significativamente o número de policiais que padecem com acometimentos de saúde mental e chegam ao ato extremo de cometer suicídio. Portanto, as gestões policiais perceberam a necessidade de desenvolver competências imprescindíveis, com vistas a evitar o adoecimento e o autoextermínio do policial.

Solin, Tamminen e Partonen (2021) relatam que cada suicídio resulta em 20 tentativas e Hawgood *et al.* (2022) observam que cada suicídio impacta cerca de 60 pessoas, acarretando significativas consequências psicológicas e financeiras. Policiais, altamente vulneráveis devido à natureza de seu trabalho, apresentam um risco elevado de suicídio comparado à população geral (Sousa, 2016). O suicídio policial, influenciado por fatores biológicos, psicológicos, genéticos, sociais, culturais e ambientais, demanda uma abordagem interdisciplinar para sua prevenção. Sem a devida atenção, as adversidades enfrentadas pelos policiais podem levar ao suicídio (Sousa, 2016).

Por muitos anos, os investimentos focaram mais em aspectos materiais em detrimento de políticas que valorizem os policiais como seres humanos (Miranda *et al.*, 2016). A pandemia de Covid-19 ressaltou a necessidade de desenvolver competências específicas e fornecer orientações estratégicas, pois, mesmo durante o isolamento e *lockdown*, a segurança pública continuou sendo um serviço essencial e ininterrupto (Brasil, 2018), com policiais enfrentando luto e doenças enquanto atendiam à comunidade. Martins (2021) e Pinto *et al.* (2021) destacam que as mortes por suicídio superam aquelas em combate, evidenciando uma problemática intensificada pela negligência estatal, um fenômeno também observado internacionalmente (Hofmann *et al.*, 2021).

Na Polícia Civil do Ceará, o Departamento de Amparo Médico e Psicossocial (Damps) trabalha para prevenir problemas médicos e fazer encaminhamentos necessários, visando o bem-estar dos policiais (Polícia Civil do Estado do Ceará, 2009). Este estudo é crucial, pois busca melhorar o acolhimento dos policiais, aumentando a eficácia, transparência e qualidade do serviço público de segurança, além de apoiar a justiça criminal. A pesquisa é enfatizada pela escassez de estudos sobre a saúde mental dos policiais civis, frequentemente sujeitos a pressão, estresse, violência e sofrimento psíquico. Ao desenvolver competências específicas, o estudo permite que gestores tomem decisões alinhadas com as necessidades e o bem-estar dos policiais, melhorando a eficiência do serviço público e promovendo a prevenção do suicídio. O estudo também integra políticas públicas e gestão para enfrentar o desafio do suicídio policial, beneficiando policiais, suas famílias e comunidades.

Há que se considerar, nesse aspecto imperativo, também a sustentabilidade, o respeito aos direitos humanos e a eficácia, na medida em que a organização respeita os direitos fundamentais constitucionalmente assegurados dos seus colaboradores policiais civis, primando pela ética e pela transparência, conforme Dantas, Silva, Lima e Silva, Cabral e Santos (2023).

Diante desse quadro apresentado, propõe-se como pergunta de pesquisa: como ocorre o desenvolvimento das competências profissionais da equipe de amparo médico e psicossocial da polícia judiciária cearense?

Para responder a essa pergunta de pesquisa, definiu-se como objetivo geral investigar o desenvolvimento das competências profissionais da equipe de amparo médico e psicossocial da polícia judiciária cearense, considerando-se as necessidades de oferta de serviços de saúde mental para a prevenção ao suicídio policial.

Por sua vez, elencam-se três objetivos específicos: (i) identificar os protocolos internos exercidos pelo Damps para a prevenção e análise de acometimentos de ordem psíquica ou psicológica dos policiais civis; (ii) verificar a percepção da equipe do Damps quanto ao desenvolvimento e exercício das competências comunicativas, de cuidado, sociopolíticas e pessoais, cognitivas, comportamentais, atitudinais e de autoeficácia na prevenção ao suicídio dos policiais civis; e (iii) evidenciar a adequação dessas competências para lidar com a prevenção ao suicídio e com situações que afetem a saúde mental dos policiais civis, notadamente após a pandemia de Covid-19.

Quanto aos objetivos, o presente trabalho acadêmico é qualitativo (caso único: PCCE). Nos procedimentos, é documental e de campo; quanto aos fins, exploratória e descritiva. A abordagem vale-se da análise de conteúdo, de forma temática, com revisão de literatura, sob a lente do modelo integrado proposto por Silva e Tavares (2003) e Hawgood *et al.* (2022).

Este estudo foca nos profissionais do Damps que realizam o acolhimento de policiais com problemas psíquicos, visando prevenir o suicídio policial. A equipe multidisciplinar do Damps constitui a unidade de análise (ano-base 2023, pós-pandemia SARS-COVID-2).

A pesquisa incluiu uma revisão da legislação brasileira e de estudos acadêmicos relevantes para elucidar a questão central. Os estudos relacionados foram organizados em uma tabela, seguida pela metodologia e, então, pela análise, resultados e discussão.

Referencial Teórico

Registre-se que a segurança pública, enquanto serviço fundamental e indispensável, deve ser exercida por organizações públicas expressamente previstas no art. 144 da Constituição brasileira (Brasil, 1988). Em âmbito estadual, a polícia civil pertence à pasta de segurança pública, sendo serviço público essencial.

A Lei nº 13.675/2018 instituiu o Susp e criou a PNSPDS, com o objetivo de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio (Brasil, 2018). Dotado de princípios, metas e diretrizes, o Susp engloba os policiais como destinatários e multiplicadores de direitos humanos assegurados constitucionalmente, em respeito à dignidade humana.

A Lei Federal nº 13.675/2018 instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com o objetivo de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio (Brasil, Susp, 2018). Dotado de princípios, metas e diretrizes, o Susp engloba os policiais como destinatários e multiplicadores de direitos humanos assegurados constitucionalmente, em respeito à sua dignidade humana.

Dentro dos princípios e objetivos do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), destaca-se a garantia de que os policiais possuem os mesmos direitos humanos e prerrogativas constitucionais que todos os cidadãos, um fundamento essencial do PNSPDS que reconhece todos os agentes de segurança pública como “policiais”. Adequadamente capacitados, esses profissionais estão equipados para identificar vulnerabilidades e avaliar as condições dos policiais, que são o foco deste estudo.

Este estudo visa contribuir significativamente para o campo acadêmico e para as práticas policiais. Desde o início da pesquisa em fevereiro de 2023, foi observada uma lacuna nas publicações sobre competências e prevenção ao suicídio entre policiais em bases de dados como Google Acadêmico, SciElo, Spell e Academia, indicando a necessidade desta pesquisa ao não encontrar artigos diretamente relacionados às

palavras-chave “prevenção”, “suicídio policial”, “desenvolvimento de competências” e “equipes multidisciplinares”.

Contudo, há trabalhos que tangenciam esses assuntos, e que, por isso, foram utilizados como fontes de pesquisa. Há muitos temas correlatos, tratados em artigos acadêmicos sobre ações em saúde direcionadas para policiais em diversos estados brasileiros, como na Bahia, em Goiás, Pernambuco, Paraná e Santa Catarina, que fundamentam a estrutura deste estudo. Outros artigos e dissertações reforçam que o suicídio deve ser enfrentado de forma geral, porém poucos versam sobre o autoextermínio policial especificamente.

Em agosto de 2023, prospectaram-se pesquisas que tenham testado empiricamente as competências apresentadas por Silva e Tavares (2003) e por Hawgood *et al.* (2022), em plataformas como Google Acadêmico, SciElo, Spell, Academia.Edu e Portal Capes, mas nenhuma foi encontrada. Essa ausência reforçou a necessidade de busca em periódicos estrangeiros, para robustecer a presente pesquisa.

Em pesquisa no *website* da biblioteca virtual da Universidade Federal do Ceará (UFC), foram encontrados dez resultados para a prospecção das palavras “prevenção” e “suicídio”. Dentre todos os títulos verificados, porém, nenhum tratava de competências para prevenção ao suicídio de policiais, muito menos policiais civis.

O movimento “Guardiões da vida” utiliza o termo *Gatekeeper*(GK) para indivíduos treinados a identificar e auxiliar pessoas em crise. Segundo Hawgood *et al.* (2022), GKs devem reconhecer sinais de risco e encaminhar adequadamente. No contexto policial, membros da equipe multidisciplinar que assistem policiais são GKs profissionais. Hawgood *et al.* (2022) também destacam a importância de treinar GKs comunitários para combater mitos e tabus.

Os estudiosos apontam que o treinamento de GKs deve ser adaptado ao público. Respeitar a diversidade, priorizando a dignidade humana e os direitos humanos, contribui para a sustentabilidade organizacional e se alinha aos ODS (Dantas *et al.*, 2023).

Diante do exposto, observa-se escassez de obras que tratem especificamente do desenvolvimento de competências para profissionais do acolhimento em saúde mental de policiais civis. Há estudos correlatos sobre competências, prevenção ao suicídio e gestão policial, mas poucos com foco no autoextermínio policial.

O quadro adiante exibe os trabalhos que mais se evidenciam e fundamentam as buscas no presente estudo, descrevendo o estado da arte sobre o tema, constituindo seu enquadramento teórico.

Quadro 1. Revisão de literatura

Autoria (Ano)	Objetivos	Metodologia	Resultados
Sousa (2016)	Caracterizar o perfil, magnitude e os potenciais fatores associados a suicídios e tentativas de suicídio praticados por agentes da segurança pública cearense. Identificar casos de suicídio de profissionais da segurança pública do Ceará durante 15 anos (2000-2014). Evidenciar que todos os profissionais da segurança pública são portadores igualmente de direitos, tendo	Descrição de distribuição de frequência, cálculos de tentativas e associações estatísticas para múltiplos casos e casos consumados de autoextermínio, comparando entre policiais e as ocorrências na população em geral no Ceará	Concluiu-se que os profissionais de segurança pública formaram um grupo vulnerável para o suicídio, o que afeta a saúde e a segurança pública. Foram sugeridas ações de prevenção aos casos de suicídio, como palestras sobre o tema, fortalecimento de setores da saúde da segurança pública, monitoramento dos suicídios e das tentativas, com notificação urgente em integração com outros setores de vigilância da saúde. Concluiu-se que o policial é um ser humano que possui vulnerabilidades, sendo, passível de sofrer violências e

	em vista ser cidadãos, devendo ser tratados com dignidade.		colapsar em uma conduta autolesiva e autopunitiva, e que pode chegar ao extremo de tirar a própria vida. Reconhece que o suicídio é multifatorial. Constitui-se em um trabalho de referência quanto ao tema suicídio policial no Ceará.
Pinto <i>et al.</i> (2021)	Identificar quais fatores desencadeiam, e são gatilhos, para a prática suicida no âmbito policial. Avaliar as medidas preventivas usadas na polícia do Paraná quanto ao cuidado e atenção à saúde psicológica dos policiais civis. Conhecer a realidade moderna e assustadora da rotina dos policiais, para traçar medidas de enfrentamento e proteger a vida dos servidores em análise.	Pesquisa Quali-Quanti: Qualitativamente fez revisão bibliográfica e documental; No que tange à pesquisa quantitativa, para analisar os índices de suicídios praticados por esses Indivíduos, estudando o cargo, a idade e o ano do sinistro.	Caracterizou a Síndrome do <i>Ethos do Guerreiro</i> como um fator desencadeador de problemas psicológicos no policial, associado ao transtorno de estresse pós-traumático e ao estresse ocupacional, à Síndrome de <i>Burnout</i> e a fatores organizacionais. Há um <i>déficit</i> alarmante no efetivo, o servidor trabalha de forma excessiva para suprir a demanda social, no anseio de atender à população e garantir a ordem pública, mesmo que o custo seja a sua saúde mental.
Miranda <i>et al.</i> (2016)	Discutir a gravidade e as dimensões dos acometimentos de suicídio entre os profissionais da segurança pública brasileiros, enfatizando os policiais militares de três estados: Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.	Pesquisa quantitativa e qualitativa. Traçou o perfil sociodemográfico e profissional dos policiais militares brasileiros que comunicaram aos seus superiores a ideação suicídica e tentativa de suicídio ao responder questionário pela rede EaD da Senasp entre agosto e setembro de 2014.	Descreve ações inovadoras para a prevenção ao comportamento suicida entre policiais militares em quatro cidades de três estados brasileiros que têm em comum uma possível relação entre a inexistência de políticas de prevenção ao suicídio entre policiais e a negligência institucional. Por décadas, gestores priorizaram investimentos em materiais, em detrimento de políticas de valorização do policial enquanto ser humano.
Silva e Tavares (2003)	Caracterizar as competências de equipe multidisciplinar no acolhimento de pacientes na atenção psicosocial.	Elenca as quatro categorias de competências a saber: comunicativas, de cuidado, sociopolíticas e pessoais. Reconhece a diversidade de sujeitos e o compartilhamento do poder na formação de trabalhadores em saúde mental que devem atuar interdisciplinarmente.	Obteve uma visão integral e não fragmentada da saúde, estabelecendo competências para o atendimento psicosocial em equipe multidisciplinar após a reforma psiquiátrica brasileira. É nesse estudo nacional que se baseia o roteiro de entrevistas para os profissionais do acolhimento que laboram em uma equipe multidisciplinar.
Gutierrez (2014)	Discutir pontos relevantes que podem colaborar para o sucesso da assistência hospitalar direcionada à pessoa com intenção suicida.	Percepção quanto à intervenção de uma política de saúde, instituindo a utilização de um método padronizado na assistência integral prestada à triade paciente/ parentes/ equipe.	Torna-se fundamental que a equipe de saúde mental possua habilidade, conhecimento e atitude, isto é, seja eficiente ao assistir o paciente de risco de suicídio e seus parentes. Assim, são imprescindíveis a capacitação profissional dessa equipe e a participação da rede de apoio.
Hofmann <i>et al.</i> (2021)	Avaliar a formação para lidar com pessoas com ideação suicídica, para lidar com o próprio estresse e ideação suicídica na profissão policial. Aumentar o conhecimento e a autoavaliação da competência em relação à prevenção ao suicídio. Lidar com pessoas com	Estudo quase-experimental com questionários. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina de Berlim (número de registro MSB-2020/27) em 30 de março de 2020. O recrutamento ocorreu na Alemanha e na Suíça.	Há urgente necessidade de se fornecer conhecimento sobre serviços de apoio, abordar o estigma e destacar a relevância da saúde mental. Desenvolver serviços de suporte <i>on-line</i> de baixo custo e, possivelmente anônimos para oferecer suporte inicial, acessível e integrante da vida cotidiana do trabalho, economizando tempo e recursos. O treinamento pode aumentar o

	ideação suicídica, reconhecer tendências suicidas, agir adequadamente em situações de risco agudo, e melhorar as habilidades de comunicação.	Para atingir a maior amostra possível, o estudo cooperou com a polícia de Berlim, e também com a polícia de Basel, na Suíça.	conhecimento, bem como a competência dos policiais.
Hawgood <i>et al.</i> (2022)	Mostrar que o treinamento de GKs é uma das estratégias de prevenção ao suicídio mais amplamente utilizadas, apesar de existirem outras variáveis que podem influenciar as taxas de suicídio. Apesar disso, a pesquisa sugere que o treinamento para GKs melhora o conhecimento, as habilidades e a confiança das pessoas ao ajudar indivíduos que experimentam ideação suicídica, e aumenta as crenças positivas sobre a eficácia da prevenção ao suicídio.	Discute os desafios no desenvolvimento de competências GK no desenvolvimento de competências na prevenção a suicídios para médicos, educação vocacional e competências do setor de treinamento, bem como trabalho empírico em GKT, para propor competências mínimas de GK que podem ser examinadas para pesquisas e avaliações adicionais de programas.	Elencou um conjunto bem definido de competências mínimas para GKs universalmente. Isso garantirá que pesquisas robustas sobre a eficácia do programa em escala e impacto baseados na população possam ocorrer em pesquisas futuras, como base para examinar o treino para GK e sua eficácia. Descreveu conhecimentos, habilidades e atitudes com autoeficácia que parecem ser comumente aplicados em programas de treinamento GK.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por fim, considerando-se as abordagens teóricas em âmbitos nacional e internacional, bem como os estudos empíricos elencados, com revisão de literatura, evidam-se esforços para que o presente estudo contribua para mais uma caracterização da produção científica brasileira sobre o tema ora proposto.

Procedimentos metodológicos

Este estudo utiliza uma metodologia qualitativa para explorar aspectos subjetivos como opiniões e atitudes através de entrevistas, visando interpretar ações e relações humanas. A pesquisa inclui tanto a coleta de dados primários através de entrevistas quanto a análise de dados secundários por meio de revisão documental de fontes públicas, seguindo o modelo integrado proposto por Silva e Tavares, 2003; Hawgood *et al.*, 2022; Galvão, 2010; Matias-Pereira, 2012; Yin, 2016; conforme o Quadro 2, a seguir.

Quadro 2. Competências em saúde mental

Fonte	Competências em saúde mental
Silva e Tavares (2003)	Competências comunicativas: capacidade de expressão e comunicação, desenvolvendo a prática do diálogo, o exercício da negociação e a comunicação interpessoal.
	Competências de cuidado: capacidade de interagir com o paciente, levando em consideração as suas necessidades e escolhas, valorizando a autonomia que este tem para assumir sua própria saúde, a partir da concepção de saúde como qualidade de vida.
	Competências sociopolíticas: capacidade de refletir sobre a esfera do mundo do trabalho, de ter consciência da qualidade e das implicações éticas do seu trabalho, de ter autonomia de ação e compromisso social, e de desenvolver o exercício da cidadania.
	Competências pessoais: capacidade de assumir a responsabilidade sobre o trabalho, de tomar a iniciativa, de aprender, de ter abertura para mudanças, de desenvolver autoestima.
Hawgood <i>et al.</i> (2022)	Competências cognitivas: conhecimento dos fatos e tendências do suicídio, linguagem apropriada/segura, sobre o estigma e diversidade, dos sinais de alerta e sua importância para a resposta e intervenção, dos recursos de referência locais e do papel crítico da experiência vivenciada na prevenção do suicídio; conscientização sobre abordagens de prevenção do suicídio; e compreensão da complexidade do comportamento suicida e dos fatores de risco e proteção.
	Competências comportamentais: capacidade de reconhecer tendências suicidas (incluindo sinais de alerta); ser capaz de se envolver e se conectar com a pessoa suicida; identificar respostas apropriadas

	a uma pessoa em crise; fortes habilidades interpessoais; ser capaz de fazer referências apropriadas de forma colaborativa; capacidade de identificar e acessar recursos para ajuda e encaminhamento e de manter a confidencialidade.
	Competências atitudinais: Atitudes positivas sobre a eficácia da prevenção do suicídio (intervir afetará positivamente o indivíduo) e em relação à autopreparação e probabilidade de intervir; ter a intenção de intervir de forma colaborativa; crença no controle sobre o comportamento de intervenção.
	Competências de autoeficácia: ter a confiança no comportamento de intervenção; capacidade de identificar fatores que contribuem para emoções negativas intervencionistas e bem-estar; desenvolvimento de aptidão para o desenvolvimento pessoal e <i>insight</i> ; compreensão da importância da gestão pessoal e do autocuidado no trabalho com pessoas com ideações suicidas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Um pré-teste com três respondentes ajudou a adaptar e validar o roteiro de entrevistas semiestruturadas à realidade social. A preparação da entrevista foi dividida em cinco etapas, conforme Galvão (2010), iniciando com a identificação dos recursos necessários para realizar o estudo de maneira eficaz, beneficiando a sociedade, o campo científico e as instituições envolvidas.

Na segunda etapa, pauta-se pela construção de um roteiro para entrevista semiestruturada aplicada à citada unidade amostral. O roteiro de entrevista teve por base teórica as obras de Silva e Tavares (2003) e Hawgood *et al.* (2022).

A seleção de participantes para a entrevista semiestruturada no estudo sobre competências interdisciplinares de saúde mental e educação continuada utilizou o método “bola de neve”. No caso do Damps, as entrevistas foram conduzidas em ambiente reservado para garantir a privacidade e o conforto dos participantes, evitando constrangimento ou intromissão. As perguntas forammeticulosamente escolhidas para atender aos objetivos do estudo e abordar a questão central da pesquisa.

A quinta e última etapa ocorre em posse de todas as respostas para se proceder à análise de conteúdo, de forma temática, e se chegar às conclusões que municiam o presente estudo. Para adequar mais ainda o presente estudo à realidade do departamento em análise, passou-se a considerar, com base nas entrevistas e na categorização realizada pelo Atlas. TI.

A unidade de análise consiste no departamento específico que zela pelo amparo médico e psicossocial dos servidores da PCCE, tanto para os policiais efetivamente concursados como para aqueles contratados para a execução de serviços específicos, da equipe multidisciplinar do Damps.

A opção por esse instrumento de coleta dos dados deu-se em “função dos objetivos que se pretendia alcançar com a pesquisa e do universo investigado” (Matias-Pereira, 2012, p. 90). A instrumentalização da coleta dos dados é considerada a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas (Matias-Pereira, 2012).

O roteiro de entrevista, seguindo o conceito de Silva e Tavares (2003), focou na percepção dos entrevistados sobre as competências em saúde mental em equipes multidisciplinares. A análise de dados visou entender profundamente a realidade observada, classificando os resultados em subtópicos que refletem as dimensões de competências indicadas pela literatura, tanto nacional quanto internacional.

Para analisar os dados qualitativos das entrevistas semiestruturadas com profissionais do Damps, foi necessário transcrever, ler e organizar o material em uma planilha Excel, realizando uma Análise Temática para interpretar as relações entre os dados e outras informações relevantes, o que permitiu um entendimento aprofundado do fenômeno estudado (Yin, 2016).

No estudo, foram abordadas competências nacionais como comunicativas, de cuidado, sociopolíticas e pessoais, e competências internacionais incluindo cognitivas, comportamentais, atitudinais e de autoeficácia. A pesquisa envolveu 12 entrevistas completas com quatro assistentes sociais (incluindo

gestores do Damps), três psicólogos, dois educadores físicos, dois fisioterapeutas e um médico, focando nos oito grupos de competências essenciais para a equipe de amparo médico e psicossocial. Cada entrevistado foi codificado de E1 a E12, e suas respostas foram analisadas usando o software Atlas.TI, contribuindo para os objetivos do estudo.

Análise, Resultados e Discussão

A análise dos dados coletados junto aos profissionais do Departamento de Amparo Médico e Psicossocial (Damps) evidenciou oito grupos de competências, nacionais e internacionais, fundamentais para a prevenção ao suicídio policial. Diferentemente da literatura existente, que muitas vezes descreve competências de forma teórica e descolada da prática, os resultados aqui apresentados mostram como tais competências são experienciadas no cotidiano do Damps. O diálogo entre os achados e o referencial teórico permite compreender tanto os avanços quanto as lacunas que ainda persistem.

Em cada grupo de competências, nacional e internacional, quatro categorias de competências de referência foram elencadas, totalizando oito, sendo nas entrevistas distribuídas e associadas a duas perguntas cada, enumeradas de 1 a 16.

Competências Comunicativas

Os entrevistados destacaram a importância da comunicação para criar vínculo com os policiais atendidos. A escuta qualificada e o diálogo constante aparecem como meios de gerar confiança e reduzir resistências. Esse resultado confirma a proposição de Silva e Tavares (2003), que consideram a comunicação interpessoal elemento estruturante do trabalho interdisciplinar em saúde mental. Além disso, converge com os achados de Pinto *et al.* (2021) sobre a quebra do “ethos do herói”, ao mostrar que policiais deixam de ver a busca por apoio como sinal de fraqueza quando encontram equipes capazes de estabelecer interação dialógica e humanizada.

As duas primeiras perguntas buscam a qualidade da interação com o paciente por meio do diálogo, do acompanhamento psicológico, fisioterápico e da prática de atividades físicas - como musculação e corrida. Esta é a estratégia para a aproximação com os pacientes, gerando um vínculo natural com eles. Silva e Tavares (2003) explicam que a interação com o paciente é a abertura de caminho para a atuação preventiva. Nesse primeiro contato, conquistar a confiança e diminuir as resistências são passos fundamentais para o trato preventivo. Assim, é possível identificar preliminarmente os fatores de risco que levaram esse paciente a atendimento, e dar a devida atenção e encaminhamento.

Uma escuta qualificada compõe competências essenciais ao atendimento primário: “Deixamos os pacientes bem à vontade para falar”, disse E1.

É oportuno salientar que a reforma psiquiátrica brasileira de 2001 (Brasil, 2001) reitera a necessidade e importância da formação de equipes multidisciplinares para o atendimento ao adoecimento mental, sendo essa uma estratégia de superação do modelo manicomial, em busca da constituição de uma abordagem mais humanizada do tratamento dos pacientes. Esse é um processo de superação de comportamentos arraigados no atendimento médico, como também no âmbito cultural. Os respondentes corroboram essa visão do atendimento mais humanizado na perspectiva da superação de conceitos culturalmente construídos e dos tabus presentes na sociedade.

A confiança na equipe multidisciplinar desempenha um papel crucial na desmistificação do atendimento ao adoecimento mental e à prevenção do suicídio, baseando-se na competência e na ética dos profissionais, e na comunicação eficaz. Este ambiente de confiança não só beneficia os membros da equipe e os pacientes, mas também facilita a interação com outros departamentos, como mencionado por E2: “Quando a gente percebe que ele precisa de ajuda de outros colegas além do psicólogo ou de outros equipamentos, a gente indica, sim. Nós temos uma boa comunicação, nós temos uma boa coordenação”. Além disso, uma comunicação efetiva é essencial para superar o estigma da “síndrome do

herói”, onde policiais que buscam apoio psicológico são vistos como fracos (Pinto *et al.*, 2021), em um franco desvirtuamento do *ethos* do herói.

“Depois que a pessoa consegue ultrapassar a barreira de vir, bota a vergonha de lado e vem, ela vê que a comunicação e a negociação são acessíveis, de forma fluida” (E4). Esse relato confirma a proposição de Silva e Tavares (2003) sobre a comunicação como prática essencial nas equipes psicossociais, além de ilustrar o argumento de Pinto *et al.* (2021) sobre a quebra do estigma da “síndrome do herói”.

A evolução nas competências comunicativas, como a comunicação interpessoal e o diálogo, é fundamental para todas as interações e percepções. As mudanças de paradigma incluem o diálogo como elemento chave para o atendimento primário e, conforme indicado pelas respostas, a comunicação sensibilizadora tem facilitado discussões abertas sobre o suicídio e o atendimento no Damps. Isso promove uma mudança de atitude, desenvolvendo a confiança dos pacientes na equipe e fomentando uma abordagem proativa e preventiva.

Competências de Cuidado

O acolhimento sem julgamento e o sigilo foram reiterados como práticas fundamentais do Damps. Como relatado por E9, “o paciente policial realmente se sente confortável para falar totalmente sobre o que o angustia”. Esse dado dialoga com Gutierrez (2014), que ressalta a necessidade de empatia e atitude cuidadosa no trato de pessoas em risco de suicídio. Contudo, a ausência de protocolos formais contrasta com experiências internacionais descritas por Hofmann *et al.* (2021), que defendem serviços estruturados e sistemáticos. Portanto, evidencia-se uma prática efetiva, mas que carece de institucionalização para ampliar sua legitimidade.

É o próprio Damps que realiza o atendimento ambulatorial, por isso deve ficar atento a todas as circunstâncias em que ele precise de ajuda. Sendo a visitação uma das atribuições do Damps, visitas domiciliares, a hospitais, a delegacias e departamentos são realizadas sempre que se tome conhecimento de casos de tentativa de suicídio, ou de observações mais aguçadas de chefes de departamento, parentes, amigos e colegas de trabalho acerca de comportamentos de risco do policial. Tais assuntos estão presentes nas perguntas 3 e 4 da entrevista.

“O paciente policial se sente confortável para falar totalmente sobre o que o angustia... 99% das vezes aceita o encaminhamento para o psicólogo e melhora” (E4). Aqui evidencia-se o cuidado empático, em sintonia com Gutierrez (2014), mas em contraste com protocolos mais formalizados defendidos por Hofmann *et al.* (2021).

“Quando há uma ideação suicídica, eles ligam para o Damps”, disse E11. Para a construção dessa confiança, é importante não haver julgamento sobre o paciente. “Porque aqui ele vai ser acolhido sem julgamento e sem o risco de alguém comentar fora o problema dele o que a gente busca primeiro é que o paciente policial realmente se senta confortável para falar totalmente sobre o que o angustia”, como mostrou E9. Assim, é possível entender que todo o trabalho realizado se assenta sobre a empatia, o bom tratamento do outro, a ética, a disponibilidade, o saber-fazer desenvolvido pela prática e a confiança na equipe, que são constituintes do profissionalismo da Damps.

As competências de cuidado foram observadas na medida em que os profissionais também impulsionaram a autonomia do paciente que é acolhido e direcionado para o profissional de cuidado, sempre com respeito à sua autonomia e dignidade.

Competências Sociopolíticas

Os profissionais reconhecem os limites estruturais da corporação e a negligência histórica em políticas de saúde mental, apontando que o trabalho não se restringe ao atendimento, mas também implica engajamento ético e político. Essa percepção está em consonância com Silva e Tavares (2003), que

compreendem o profissional de saúde mental como sujeito histórico e social. Além disso, relaciona-se com a discussão de Dantas *et al.* (2023) sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que diz respeito à promoção da saúde e da dignidade no trabalho. Assim, os resultados demonstram que o Damps atua como espaço de resistência e de promoção de direitos humanos dentro da polícia.

No caso do trabalho policial, além das pressões externas e de suas funções, os contextos de atuação, os materiais bélicos dos confrontos e os acontecimentos mudam cotidianamente, do ponto de vista social, político e econômico. Assim, o desenvolvimento dessas competências possibilita que o atendimento primário venha a entender melhor os contextos nos quais se desenvolve o comportamento suicida, e atuar preventivamente com mais qualidade. Localizam-se nas perguntas 5 e 6 da entrevista.

Silva e Tavares (2003) entendem o profissional de saúde mental como um sujeito histórico e social que atua no âmbito preferencialmente interdisciplinar, para apreender os aspectos da complexidade da realidade social em que se dão os adoecimentos. A percepção das transformações incorpora a compreensão de que há desafios a serem enfrentados, os caminhos para esse intento e os vieses dessa ação, bem como os aspectos do comprometimento profissional com o trabalho, o que na percepção de alguns respondentes é, ao mesmo tempo, uma missão. E11 explicou que “Começamos aqui como uma formiguinha, depois começamos com a unidade, passou com a divisão, e hoje nós somos um departamento”.

“O DAMPS se torna um espelho para outros órgãos... nunca vi em outra instituição essa magnitude de atendimento” (E9). Esse depoimento aponta para a dimensão sociopolítica do trabalho, conectando-se ao que Dantas *et al.* (2023) discutem sobre políticas públicas e ODS.

No escopo teórico desta pesquisa compõem os principais desafios do atendimento de saúde mental as construções sociais do masculino, o *ethos* do herói, a estigmatização dos problemas emocionais e o preconceito dentro da corporação. O tema desafios ao atendimento no programa refere-se ao que os respondentes percebem como dificuldade a ser enfrentada nos mais diversos campos de sua atuação, como a atenção aos problemas de infraestrutura do departamento e as ausências do poder público.

O preconceito representa um desafio significativo para a equipe multidisciplinar, onde o comprometimento dos profissionais é crucial para o sucesso do atendimento. No entanto, é importante reconhecer que a sobrecarga de trabalho pode também levar ao adoecimento da equipe. Apesar da dedicação dos profissionais e da iniciativa “Damps Itinerante”, o departamento atua principalmente em Fortaleza, atendendo a quem busca ajuda e tornando-se cada vez mais conhecido entre os policiais. Isso resulta em uma crescente demanda, sugerindo a necessidade de expansão da equipe, conforme frequentemente recomendado para melhorar os serviços do Damps. Além disso, para aumentar a abrangência do atendimento do Damps, é essencial obter maior legitimação junto aos gestores superiores da instituição policial.

Competências Pessoais

O sentimento de frustração diante de casos de suicídio foi relatado por vários entrevistados, mas, paradoxalmente, também funciona como motivação para assumir novas responsabilidades. Esse achado confirma a tipologia de Silva e Tavares (2003), que incluem responsabilidade, iniciativa e autoestima como competências pessoais essenciais ao trabalho interdisciplinar. Ao mesmo tempo, revela risco de sobrecarga emocional, já apontado por Miranda *et al.* (2016) em seus estudos sobre o adoecimento psicológico de policiais.

Encontram-se nas perguntas 7 e 8 da entrevista. O desenvolvimento de valores pessoais e profissionais, o aprimoramento do uso de tecnologias e o desenvolvimento de estratégias de atendimento são características das competências pessoais. A motivação para o aprimoramento profissional decorre da

relação com a ocorrência do suicídio, que, para os membros da equipe, considera-se fracasso. Isso implica no desafio do enfrentamento do problema, da reflexão acerca dos acontecimentos e de tomada de decisões para evitar nova ocorrência. “Na medida em que surgem novos desafios, a gente é motivada também a assumir novas responsabilidades”, explica E2.

“Quando acontece um suicídio, eu fico muito triste e me pergunto: o que faltou? Talvez fosse só uma faísca de esperança que poderia ter mudado tudo” (E4). O sentimento relatado reforça a importância da resiliência, conforme a tipologia de Silva e Tavares (2003).

No estudo de Silva e Tavares (2003) buscou destacar a habilidade do próprio paciente policial de chamar para si a responsabilidade sobre o trabalho, de tomar a iniciativa, de aprender, de ter abertura para mudanças, assim como de desenvolver a autoestima e cuidar de si mesmo. Quando questionados sobre como se sentem ao ocorrer um caso de suicídio na corporação, desde o pré-teste a equipe afirma ter uma sensação de impotência, na medida em que tudo havia sido feito, mas, mesmo assim, o suicídio não foi evitado. Quando indagada sobre o que a move nessa categoria de competências, a entrevistada E1 respondeu que seguramente: “são sempre os desafios”.

Passa-se, agora, à análise das quatro competências extraídas de estudos internacionais e encabeçada pelo artigo produzido por Hawgood *et al.* (2022).

Competências Cognitivas

Os profissionais demonstraram conhecimento sobre fatores de risco e sinais de alerta, mas também relataram ausência de cursos formais de capacitação. Esse dado converge com Hawgood *et al.* (2022), que defendem a formação de *Gatekeepers* (GKs) como estratégia prioritária de prevenção. Também confirma o diagnóstico de Sousa (2016), para quem policiais constituem um grupo especialmente vulnerável. Assim, há evidências de acúmulo prático e sensibilidade, mas persiste a necessidade de consolidar esse conhecimento em protocolos de capacitação.

O estudo aborda o conhecimento sobre fatos e tendências do suicídio, o uso de linguagem apropriada em interações com pacientes e a comunidade, considerando os estigmas associados, os sinais de alerta e a necessidade de respostas e intervenções preventivas adequadas. Durante a análise das competências cognitivas, com ênfase nas respostas às questões 9 e 10 da entrevista, destaca-se a importância da qualificação dos profissionais e da formação de *Gatekeepers* (GKs).

A relevância da experiência pessoal na prevenção ao suicídio é ressaltada, mostrando como vivências ajudam a construir conhecimentos práticos cruciais para a eficácia do atendimento preventivo em saúde mental. A literatura sugere que compreender a complexidade do comportamento suicida e seus fatores de risco é essencial, requerendo uma abordagem multidimensional detalhada (Silva & Tavares, 2003). No Damps, a combinação da experiência prática com conhecimento teórico melhora a qualidade dos serviços, promovendo abordagens interdisciplinares que ligam teoria à prática e às realidades sociais, fortalecendo parcerias entre serviços e instituições acadêmicas. Esta abordagem não apenas enriquece o conhecimento dos profissionais, mas também reforça as estratégias de prevenção ao suicídio.

“O desafio do psicólogo é formar vínculo... não adianta receita pronta. O policial precisa sentir que ganha mais do que perde vindo ao DAMPS” (E6). Esse achado se alinha com Hawgood *et al.* (2022) sobre capacitação de *Gatekeepers* e com a análise de Sousa (2016) sobre vulnerabilidade policial.

A homogeneização do atendimento em saúde mental pela equipe ainda é um desafio, especialmente no tratamento de temas específicos, conforme observam Hawgood *et al.* (2022). O conhecimento abrangente sobre fatos e tendências do suicídio, usando linguagem adequada, pode quebrar estigmas e promover diversidade, aumentando a conscientização sobre as estratégias de prevenção ao suicídio e a complexidade do comportamento suicida. Além disso, a formação em cursos como os de *Gatekeepers* (GKs) comunitários e profissionais é essencial, pois a falta de conhecimento é um grande obstáculo. Com

um entendimento profundo sobre a prevenção ao suicídio, tanto a equipe de acolhimento quanto os policiais, frequentemente afetados pela estigmatização de transtornos mentais como a Síndrome do Herói (Pinto *et al.*, 2021), podem abordar melhor as situações desafiadoras.

Um amplo conhecimento da patogênese do estresse e dos transtornos mentais, bem como a educação sobre os mitos que permeiam o assunto, podem ajudar a apoiar melhor as pessoas afetadas e facilitar a comunicação aberta, já que o estigma impede a busca de ajuda. De outra sorte, a falta de conhecimento e as suposições erradas, bem como a insegurança decorrente disso, são as causas mais comuns de discriminação e estigmatização. Como solução, avalia-se um programa de treinamento *on-line* para policiais melhorarem o conhecimento e a autoavaliação da competência na notificação de óbitos, na prevenção ao suicídio e no reconhecimento do próprio estresse e tendências suicidas, mediante um *e-learning*.

Para finalizar esta competência, porém, não foi divulgado um protocolo, cursos nem palestras *on-line*, apenas momentos presenciais para o atendimento no Damps. Apenas uma psicóloga atende via *online* policiais localizados no interior.

Competências Comportamentais

As práticas de sigilo, confiança e encaminhamento adequado, relatadas em falas como a de E7, mostram o compromisso ético da equipe. Esse resultado reforça as competências descritas por Hawgood *et al.* (2022), que incluem a habilidade de reconhecer sinais, interagir com indivíduos em risco e realizar encaminhamentos colaborativos. A experiência do Damps evidencia que tais competências já se manifestam empiricamente, embora sem padronização formal.

A entrevista geradora dos dados dessa análise temática investiga essas competências nas questões 11 e 12, acerca dos reflexos na identificação de comportamentos de risco e dos efeitos do trabalho do Damps para a prevenção ao suicídio.

Explicou E7, que “então, quando eu sei onde há qualquer policial com ideação suicídica, a gente procura chamar para o Damps e ser encaminhado aqui para nossa equipe multidisciplinar”. Como ficou constatado, as entrevistadas reconheceram que o sigilo, além de ser um imperativo ético, desenvolve a confiança na relação entre a equipe do Damps e o paciente, que é acolhido sem julgamento e, em seguida, encaminhado para o profissional que melhor atenda às suas necessidades específicas.

“Na triagem, a gente envolve a família, faz testes e já direciona para o profissional adequado. O acolhimento é total” (E7). Esse comportamento ético e sistemático confirma a importância da confiança descrita por Hawgood *et al.* (2022).

Portanto, essa competência foi atendida no Damps, nos moldes descritos em Hawgood *et al.* (2022).

Competências Atitudinais

Apesar da inexistência de protocolo institucional formal, os profissionais adotam atitudes proativas no acolhimento, construindo visibilidade para o Damps e enfrentando estigmas culturais que associam sofrimento mental à fraqueza. Essa prática está em consonância com Couto, Oliveira e Sousa (2021), que enfatizam a necessidade de desconstruir visões preconceituosas sobre saúde mental na cultura policial.

Assim, as atitudes individuais têm suprido as lacunas institucionais, revelando tanto a resiliência dos profissionais quanto a urgência de legitimação organizacional. Nesse sentido, a atitude proativa dos profissionais em legitimar a saúde mental como prioridade atua como contra-discurso à cultura policial tradicional, reforçando a eficácia do Damps mesmo diante de limitações institucionais.

Correspondem às questões 13 e 14 da entrevista, por meio das quais buscou-se levantar a existência de

um protocolo institucionalizado, a aptidão dos profissionais de saúde para aplicá-lo e sugestões para aprimoramento do Damps.

Um dos desafios para essa visibilidade do Damps baseia-se nos estigmas e nas construções sociais acerca do masculino e do policial, que perpassam a instituição (Couto; Oliveira; Sousa, 2021). Como explicou E6: “Que isso fique muito claro, que não é sem-vergonhice, que não é desleixo, porque existe esse tabu de muitas vezes ver aquilo que a gente não comprehende, a saúde mental, como preguiça, como esse tipo de coisa”.

“Muitos ainda têm preconceito de achar que se entrar para atendimento será discriminado pelos colegas” (E5). Essa fala ilustra o enfrentamento cultural que Couto, Oliveira e Sousa (2021) descrevem como fundamental para a legitimização da saúde mental na corporação.

Outros aspectos estão relacionados a essa visibilidade, como a interiorização do atendimento, a divulgação nas redes e a profissionalização dessa divulgação. Os temas relacionados à visibilidade do Damps e ao protocolo implícito lidam com as construções baseadas na experiência e na repercussão do trabalho de prevenção. Entende-se que esses temas têm reciprocidade, haja vista que, mesmo não apresentando relação causal, colaboram tanto para que o Damps oferte um atendimento de qualidade e efetividade, quanto para que seu atendimento tenha a visibilidade e repercussão de modo a tornar esse tema mais acessível, além de viabilizar a conscientização dos membros da corporação.

Desde a fase de pré-teste, constatou-se que apesar de não existir um protocolo institucional formal e publicado. Porém, há o encaminhamento, para o acolhimento específico, dos policiais que buscam atendimento. Apontou-se, desde essa fase inicial de pesquisa, que o departamento cresceu e precisa de visibilidade, legitimidade e ampliação de profissionais que possam atender às demandas, inclusive fora da capital.

Competências de Autoeficácia

Por fim, os relatos mostram que os profissionais confiam em sua capacidade de intervir, mas reconhecem limitações estruturais. Essa percepção está alinhada ao modelo de Hawgood *et al.* (2022), que associa autoeficácia ao equilíbrio entre autoconfiança, autocuidado e reconhecimento dos próprios limites. No caso do Damps, a autoeficácia aparece mais como fruto da prática e do compromisso ético do que de suporte institucional. Portanto, a consolidação dessa competência depende de políticas públicas de valorização e ampliação da equipe.

Assim, os achados revelam uma autoeficácia prática, construída pela experiência e pelo compromisso ético, mas que precisa ser sustentada por políticas de valorização.

Essa parte corresponde às questões 15 e 16 da entrevista, onde se buscou identificar as percepções dos profissionais sobre as ações do Damps e a verificação de temas que não foram tratados nas entrevistas.

“Eu amo servir, me envolvo com a causa de verdade. É isso que me motiva” (E9). Essa autoeficácia vivida reforça o modelo de Hawgood *et al.* (2022), mostrando que confiança prática e engajamento são pilares para a prevenção.

“Porque um policial com problemas psicológicos não tem condição de agir”, e precisa ser tratado, como explicou E8. Por outro lado, o método da empatia não pode prescindir da diversidade de pessoas e de ambientes para desenvolver o atendimento preventivo.

Lidar com o luto é uma das situações abarcadas pela atuação do Damps. Para tanto, apoiar parentes, amigos e colegas de trabalho implica visitar os enlutados, principalmente em seus ambientes. Afinal, “como é que você vai trabalhar numa delegacia onde houve uma chacina?” (E11). O tema sensibilização permanente emergiu da percepção de que é necessário manter em permanente divulgação as ações do

Damps e as temáticas ligadas ao suicídio, não apenas para mostrar os dados do que é realizado, mas também como instrumento de combate ao preconceito enraizado tanto em profissionais quanto em instituições de polícia. Na opinião dos entrevistados, é importante tornar o Damps mais conhecido no meio policial, para ter maior visibilidade institucional.

As competências cognitivas, comportamentais, atitudinais e de autoeficácia apresentam primordialmente os saberes constituídos na realização do trabalho preventivo. Saberes técnicos e teóricos advindos das formações acadêmicas e continuadas, saberes de experiência, advindos das relações de trabalho com os pacientes, *insights* e compreensões acerca das práticas no atendimento preventivo. Esses saberes promovem atitudes que desenvolvem o trabalho do Damps, principalmente no que tange ao acolhimento e à empatia. O acolhimento e a empatia são identidades do Damps enunciadas continuamente ao longo das entrevistas, mobilizando saberes e atitudes de sua equipe.

Considerações finais

Este estudo investigou o desenvolvimento de competências interdisciplinares no Departamento de Amparo Médico e Psicossocial (Damps) da Polícia Civil do Ceará, buscando compreender de que modo tais competências contribuem para a prevenção ao suicídio policial. Ao retomar os objetivos propostos, constatou-se que: (i) os protocolos internos, ainda que informais, mostram-se eficazes para acolher policiais em situação de risco, mas demandam maior institucionalização; (ii) a equipe do Damps mobiliza, na prática, competências comunicativas, de cuidado, sociopolíticas, pessoais, cognitivas, comportamentais, atitudinais e de autoeficácia, confirmando e ampliando tipologias previamente descritas pela literatura (Silva & Tavares, 2003; Hawgood *et al.*, 2022); e (iii) a adequação dessas competências demonstra relevância especial no contexto pós-pandemia, quando demandas de saúde mental se intensificaram.

O diálogo entre teoria e achados revela que, embora a literatura já aponte para a importância da interdisciplinaridade e da formação de Gatekeepers (Hawgood *et al.*, 2022; Sousa, 2016), a experiência cotidiana do Damps expõe como essas competências emergem na prática, ainda que sem respaldo em protocolos oficiais. Essa constatação reforça tanto a pertinência quanto a originalidade do estudo, ao demonstrar que a prevenção ao suicídio policial requer mais do que normativas formais: exige empatia, comunicação sensível, compromisso ético e engajamento institucional.

Do ponto de vista prático, os resultados contribuem para a gestão da segurança pública ao evidenciar a necessidade de ampliar a equipe, formalizar protocolos e criar programas de capacitação contínua. Destaca-se, ainda, a urgência de sensibilizar gestores e colegas policiais sobre a legitimidade da saúde mental como prioridade, de modo a superar estigmas associados ao sofrimento psíquico e à procura por ajuda.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo oferece subsídios para futuras pesquisas comparativas entre diferentes estados e corporações policiais, bem como para a avaliação longitudinal do impacto das competências no médio e longo prazo. Sugere-se, igualmente, o desenvolvimento de metodologias híbridas (quantitativas e qualitativas) que permitam mensurar a eficácia dos atendimentos prestados.

Entre as limitações, destacam-se: (i) a impossibilidade de generalizar os achados para todas as corporações, dado o recorte de caso único; (ii) a sobrecarga da equipe, que restringe o alcance das ações; e (iii) a ausência de um protocolo institucional formalizado, que dificulta a replicabilidade do modelo.

Como desdobramento, propõe-se a criação de cursos de *e-learning* voltados tanto para os profissionais do Damps quanto para policiais da ativa, além da capacitação de *Gatekeepers* comunitários, ampliando a rede de proteção. A expansão e legitimação do Damps, em âmbito institucional, configuram-se como medidas estratégicas para valorizar a vida e fortalecer a dignidade humana no serviço policial.

Assim, a principal contribuição deste estudo reside em demonstrar que a prevenção ao suicídio policial depende de uma conjugação entre saberes técnicos, práticas de cuidado e políticas públicas consistentes. Reconhecer e legitimar a atuação do Damps é passo essencial para transformar a realidade da segurança pública, promovendo não apenas a preservação da vida dos policiais, mas também a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Referências

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Brasil. (2018). *Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018: Institui o Susp e a PNSPDS*.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm
- Couto, M. S. H., Oliveira, O. E., & Sousa, J. E. P. (2021). *Suicide by cop: suicídio de policial e suicídio noutra perspectiva*. João Pessoa: Ideia.
- Dantas, L. P. P., Silva, S. L. F., Lima e Silva, A. C., Cabral, A. C. A., & Santos, S. M. (2023). Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) como indicadores de sustentabilidade na Bolsa de Valores oficial do Brasil (B3) e a aderência das empresas nacionais. In R. P. da Silveira (Org.), *Administração, contabilidade e economia: Entendendo desafios* (Vol. 1, pp. 25–45). Formiga, MG: Editora Union.
<https://doi.org/10.5281/zenodo.7681354>
- Galvão, M. C. B. (2010). O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. In L. J. Franco & A. D. C. Passos (Orgs.), *Fundamentos de epidemiologia* (2ª ed., pp. 377–398). São Paulo, SP: Manole.
- Gutierrez, B. A. O. (2014). Assistência hospitalar na tentativa de suicídio. *Psicologia USP*, 25(3), 262–269.
<https://doi.org/10.1590/0103-6564d20140002>
- Hawgood, J., Woodward, A., Quinnnett, P., & De Leo, D. (2022). Gatekeeper training and minimum standards of competency. *Crisis*, 43(6), 516–522. <https://doi.org/10.1027/0227-5910/a000794>.
- Hofmann, L., Glaesmer, H., Przyrembel, M., & Wagner, B. (2021). An evaluation of a suicide prevention e-learning program for police officers (COPS): Improvement in knowledge and competence. *Frontiers in Psychiatry*, 12, 770277. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.770277>.
- Martins, W. E. B. (2021). *O trabalho de policiais militares: reflexos no bem-estar laboral, familiar e adoecimento funcional* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa).
- Matias-Pereira, J. (2012). *Manual de gestão pública contemporânea* (4ª ed.). Atlas.
- Miranda, D., Borges, D., Cano, I., Guimarães, T., Novaes, F., Ribeiro, M. S., Furtado, C. C., Menezes, L. P. R., Silva, A. V. V., Oliveira, P. M. N., Reis, M. S., Sá, B. G. S., & Ribas, R. F. (2016). O comportamento suicida entre profissionais de segurança pública e prevenção no Brasil. In Ministério da Justiça e Cidadania; Secretaria Nacional de Segurança Pública (Orgs.), *Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública* (pp. 151–202). Brasília, DF: Ministério da Justiça.
- Oliveira, V. K. M. (2023). *Artigo 5º da Constituição Federal de 1988: Análise circunstanciada* (1ª ed.). Juruá.
- Pereira, R., Silva, A. L., Felgueiras, S. R. C. C., & Queirós, C. (2023). A relação entre stress operacional e organizacional, burnout e ideação suicida nas forças policiais. *ISCPSI/ICPOL*, 91–128.
<https://doi.org/10.57776/9DE1-CT58>
- Pinto, Í. G., Gonçalves, M. P., Rosa, R. A. R., & Dagostin, A. P. (2021). Análise dos fatores desencadeadores do suicídio policial e do acolhimento psicológico institucional da Polícia Civil do Paraná. *Revista da Escola Superior de Polícia Civil*, 3(3), 1–24. [E-ISSN 2595-556X].
- Polícia Civil do Estado do Ceará. (2009). *Departamento de Amparo Médico e Psicossocial (Damps)*.
<https://www.policiacivil.ce.gov.br/damps/>
- Silva, J. P. L. da, & Tavares, C. M. de M. (2003). Educação permanente de profissionais de saúde mental: Competências para o trabalho interdisciplinar. *Saúde em Debate*, 27(65), 290–301.
- Solin, P., Tamminen, N., & Partonen, T. (2021). Suicide prevention training: Self-perceived competence among primary healthcare professionals. *Scandinavian Journal of Primary Health Care*, 39(3), 332–338.
<https://doi.org/10.1080/02813432.2021.1958462>
- Sousa, J. E. P. de. (2016). *Tentativas de suicídio e suicídios em profissionais de segurança pública do Estado do Ceará: Magnitude, perfil e fatores associados, 2000 a 2014* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre, RS: Penso.